

ACERVO CULTURAL DO VALE DO PARAÍBA, VIS-À-VIS CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS E POLÍTICAS URBANAS VIGENTES

Claudio Collado Riechelmann ¹, Friedhilde M. K. Manolescu ²

^{1,2} Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento – Universidade do Vale do Paraíba – Av. Shishima Hifumi, 2911, Urbanova – CEP 12244-000 São José dos Campos, SP - Brasil
ccollado@uol.com.br, frida@univap.br

Palavras-Chave: Cultura, Urbanização, Equipamento Cultural, Acervo
Área de Conhecimento: VI – Ciências Sociais e Aplicadas

Resumo – O estágio de desenvolvimento sócio-econômico dos municípios do Vale do Paraíba, assim como as políticas de urbanização ali vigentes, ou não, constituem referencial determinante da sua capacidade de acumulação cultural, traduzida pelo imobiliário que lhe dá suporte. O objetivo deste trabalho é correlacionar tais condicionantes à produção cultural de cada uma daquelas cidades, classificando-as segundo um índice de desenvolvimento cultural estabelecido. No bojo de seu texto, ainda serão analisados tal status e ações passíveis de aplicação, com o objetivo de, preliminarmente, recomendar direcionamentos de soluções para a realização do potencial cultural da região. Extensa pesquisa, baseada em informações da Fundação Seade e da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo - Guia Cultural do Estado de S. Paulo, em apoio a tabulação associativa dos dados pertinentes, conduzem o texto às conclusões de relação entre fatores sociais, econômicos, urbanísticos e culturais.

Introdução

Tomando como premissa que a maioria das cidades da região carecem de infraestrutura e patrimônio cultural, em que pesem as manifestações folclóricas intrínsecas que caracterizam determinadas áreas e que se mantém desde então, as condições adversas de natureza econômica, somadas a políticas urbanas inadequadas, inócuas, ou até inexistentes, levam à descaracterização e mesmo empobrecimento do acervo cultural das cidades. Iniciativas como o “Programa de Cultura e Cidadania para a Inclusão Social: Fábricas de Cultura” desenvolvido pela Secretaria de Cultura, com apoio financeiro do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento), e do Governo do Estado de São Paulo, constituem perspectiva de solução para tal problema.

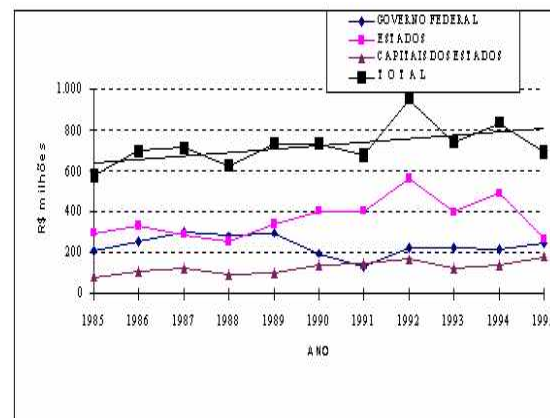
O dimensionamento do grau de desenvolvimento cultural das diversas cidades se fará com base em recurso metodológico estatístico, ao se valorar as mesmas através do IVC – Índice de Valoração Cultural de cada município estudado.

De acordo com o Ministério da Cultura, a produção cultural brasileira movimentou, em 1997, cerca de 6,5 bilhões de reais,

correspondente a 1% do PIB brasileiro, aproximadamente, com fortes impactos das ações culturais na esfera social e econômica. Para cada milhão de reais gasto em cultura, o país gera 160 postos de trabalho diretos e indiretos, o que demonstra a potencialidade da área para a geração de renda e de emprego.

Focando nossa análise no Estado de São Paulo, em geral, e no Vale do Paraíba, em particular, poder-se-á identificar condicionantes de comprometimento específicas na evolução de seu acervo cultural, vis-à-vis seu estágio de desenvolvimento sócio-econômico, assim como o de políticas urbanas adotadas.

Cultura e Desenvolvimento Social



Em 1994, havia um total de 510 mil pessoas empregadas na produção cultural brasileira, considerando-se todos os seus setores e áreas. Elas distribuíam-se da seguinte forma: 391 mil empregadas no setor privado do mercado cultural (76,7% do total), 69 mil como trabalhadores autônomos (13,6%) e 49 mil ocupados nas administrações públicas, isto é, União, Estados e Municípios (9,7%). Esse contingente era 90% maior do que o empregado pelas atividades de fabricação de equipamentos e material elétrico e eletrônico; 53% superior ao da indústria automobilística, de autopeças e de fabricação de outros veículos e 78% superior do que o empregado em serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica, distribuição de água e esgotos e equipamentos sanitários).

Com base nesses dados, e levando-se em consideração que o Ministério da Cultura terá investido cerca de 400 milhões de reais no patrimônio histórico, artístico e cultural do país, entre 1995 e 1999, isto é, cerca de 80 milhões/ano, pode-se estimar que terão sido gerados 12.800 novos postos de trabalho a cada ano somente nessa atividade cultural.

Em nível estadual, verifica-se um comportamento de gastos crescentes até 1992, quando é aplicado o maior volume de recursos, exatamente o oposto do ocorrido com o Governo Federal que, neste ano, apresenta o seu menor volume. A partir deste exercício, as aplicações dos estados entram em queda, até alcançar seu menor valor em 1995.

Esta diminuição tem forte relação com a queda dos gastos do Estado de São Paulo que, no cômputo geral, representa um percentual bastante importante do conjunto dos gastos da esfera estadual, conforme indica o gráfico abaixo:

Figura I
Gastos com Cultura (1985-1995)

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP)

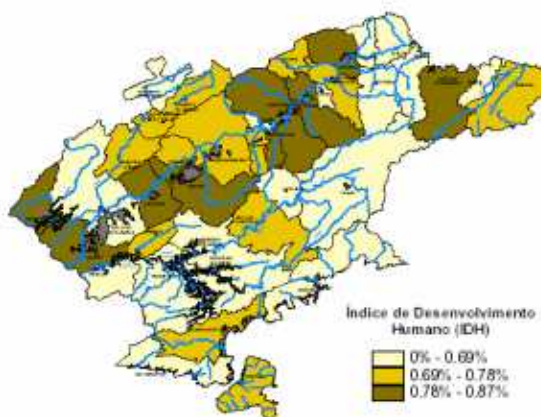
Em contraste, os gastos do Governo Federal e dos Municípios passa a se recuperar a partir de 1993. Apesar da queda ocorrida no final do período, os Estados apresentam, no entanto, uma taxa de crescimento médio anual, nos 11 anos da série (1985-1995), de 4,82%.

Posicionamento do Vale do Paraíba

O Plano Plurianual-PPA 2004/2007 para o Vale do Paraíba considera o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRSS) como o indicativo fundamental para a implementação de políticas públicas na região.

Com 39 municípios localizados na área leste do Estado de São Paulo, a região do Vale do Paraíba é a quarta mais densamente povoada (122,2 habitantes por quilômetro quadrado) do território paulista. Mas os cerca de 2 milhões de habitantes se distribuem de maneira bastante variável. Existem situações, como a de São José do Barreiro, que possui 6,9 hab/km², e a de São José dos Campos, que ostenta 471,4 hab/km². Em adição, sublinhe-se a desigualdade das condições sócio-econômicas entre os municípios da região (Vide Figura II).

Figura II
V. do Paraíba e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



Fonte: SEADE (Perfil Municipal)

Atualmente, os municípios formam um mosaico bastante variado. Há locais muito industrializados, particularmente os situados às margens da via Dutra. Nos serranos e litorâneos, encontram-se vestígios naturais intocados, além de setores que, desde a decadência do café, não conseguiram recuperar seu dinamismo econômico. Essas características dificultam a articulação das áreas em torno de objetivos comuns - a idéia é conciliar as atividades desenvolvidas no Vale com o desenvolvimento de municípios turísticos nas Serras da Mantiqueira e do Mar, que possuem trechos

protegidos por unidades de conservação. O turismo no litoral e nas serras, as atividades agropecuárias e industriais em municípios como Guaratinguetá, Jacareí, Canas, Pindamonhangaba, Roseira e Taubaté.

As indústrias são de pequeno, médio e grande portes, ligadas aos ramos alimentício, químico, metal-mecânico, farmacêutico, têxtil etc. Na pecuária, é conhecida a criação de gado leiteiro, formando a tradicional bacia leiteira do Vale do Paraíba. Diversas localidades criam suínos, eqüinos, caprinos, aves, peixes, além de cultivarem arroz e hortifrutigranjeiros.

A configuração do desenvolvimento social e econômico, tomando-se por base o IPRS 1997-2000, classifica seus municípios em cinco grupos, com alto grau de heterogeneidade regional: no Grupo 1, de bom desempenho nas dimensões riqueza, longevidade e escolaridade, estão classificados seis municípios; no Grupo 2 (bons indicadores econômicos, mas irregulares índices sociais) alojam-se quatro cidades; no 3, apenas Tremembé está classificado. Os agrupamentos 4 e 5 reúnem as piores situações sociais e econômicas. Ali, a região tem 28 municípios.

No tangente às políticas urbanas vigentes na região, o SEADE não traz informações de relevo. Apóia-se na concepção destas como a) existência de Plano Diretor; b) distritos industriais; c) incentivos à instalação de empreendimentos. Entendo-se como Plano Diretor o conjunto de instrumentos legais que normalizam a organização da estrutura administrativa e do espaço físico-territorial do município, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Apenas os seis municípios classificados no Grupo 1 do IPRS, quais sejam, Caçapava, Guaratinguetá, Jacareí, Pindamonhangaba, S. José dos Campos e Taubaté, além de Campos do Jordão e Aparecida foram considerados como atuantes na gestão urbana, quer seja apoiada em Plano Diretor específico, quer seja por meio de atividades claramente identificadas como de planejamento urbano, em geral. Estes dois últimos por terem sido contemplados, a partir dos anos 50 com planos urbanísticos desenvolvidos pelo CPEU-FAU/USP.

Em S. José dos Campos, a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente tem como competência estudar, planejar, desenvolver, implantar e avaliar planos, programas e projetos de planejamento territorial urbano e rural do município e o controle do meio ambiente. Guaratinguetá, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação elabora e coordena a execução, o controle e a atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. Jacareí conta com a Secretaria de Planejamento Pindamonhangaba conta com a Secretaria de Planejamento que coordena o programa de incentivo de instalação de novas indústrias, bem como, através de legislação específica, devidamente aprovada, criou vantagens e benefícios para atração de novos investimentos. Taubaté conta com o Departamento de Planejamento

Acervo Cultural

A análise da situação cultural dos Municípios do Vales do Paraíba, teve por base informações obtidas no Guia Cultural do Estado de S. Paulo, resultado de uma parceria entre a Fundação Seade e a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Seu principal objetivo é a identificação do potencial cultural dos municípios, e, dentro do escopo deste trabalho, apresenta-se como um importante subsídio às ações e às políticas públicas no campo da cultura. Sua abrangência considera instituições e entidades, equipamentos, eventos, patrimônio cultural e práticas de gestão. Se reconhece a presença cada vez maior da cultura em projetos de inclusão social, e existência de toda uma dinâmica cultural paralela aos circuitos oficiais, mantida por ONGs, associações ou entidades diversas.

Ao se considerar a diversidade das variáveis referentes ao chamado Acervo Cultural de cada uma das 39 cidades do Vale do Paraíba, depara-se com inúmeros equipamentos culturais compreendendo anfiteatros, arquivos, auditórios, bibliotecas, casas de cultura, centros culturais, cinemas, cineteatros, conchas acústicas, coretos, museus, teatros, unidades diversas – demais espaços culturais e espaços comunitários. Nesta serão considerados apenas estes equipamentos, apesar da

existência de outras manifestações culturais reconhecidas, como atividades culturais (artes cênicas, cursos, eventos, artes visuais, literatura, música), meios de comunicação e audiovisual (cinema e vídeo, eventos, imprensa, internet, rádio), patrimônio cultural (artesanato, celebrações), Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Arqueológico.

A valoração do acervo cultural de determinada cidade se depara com a dificuldade da classificação destas variáveis todas.

Afim de sistematizar metodologicamente a manipulação das variáveis, intrínsecas que subsidiaram este estudo, foi criado um índice, que recebeu a denominação de Índice de Valoração Cultural (IVC). Sua composição é feita através da atribuição de “pesos” a cada espécie de representação cultural.

Portanto, o IVC característico de determinada cidade da região estudada será sua medida de riqueza cultural para

Município	Políticas Urbanas		IPRS				IVC	
	(S/N)	2002	2000				2002	
			Riqueza	Longev	Escola	Grupo	Índice	Rank.
Aparecida	S	45	61	87	4	24	14	
Araçoi	N	28	88	75	4	0	34	
Arealas	N	26	63	81	4	3	34	
Bananal	N	31	83	71	4	15	16	
Caçapava	S	59	65	88	4	27	13	
Cachoeira Paulista	N	40	57	79	4	14	15	
Campos do Jordão	S	57	47	75	2	29	12	
Canas	N	22	65	63	4	15	15	
Caraguatatuba	N	41	58	81	4	40	8	
Cruzeiro	N	46	55	90	4	38	9	
Cunha	N	20	49	65	5	13	20	
Guaratingueta	S	50	59	91	1	64	3	
Igaratá	N	39	72	70	4	3	36	
Ilhabela	N	55	62	68	2	39	5	
Jacareí	S	57	58	90	1	33	8	
Jamboero	N	53	68	75	2	6	31	
Lagoinha	N	63	61	74	5	0	35	
Lavrinhas	N	38	63	91	5	11	25	
Lorena	N	48	48	61	4	31	10	
Monteiro Lobato	N	34	73	72	4	5	32	
Natividade da Serra	N	22	63	53	5	1	36	
Paraibuna	N	44	61	72	5	12	23	
Pindamonhangaba	S	53	56	88	1	30	11	
Piquete	N	34	66	92	4	13	20	
Potim	N	36	50	79	4	7	32	
Queluz	N	35	52	71	5	15	15	
Redenção da Serra	N	25	67	68	4	6	32	
Rosário	N	42	61	86	4	10	27	
Santa Branca	N	41	72	78	4	10	27	
Sto. Antonio do Pinhal	N	36	57	70	5	1	36	
S. Bento do Sapucaí	N	30	68	72	4	14	18	
S. José do Barreiro	N	27	56	67	5	10	27	
S. José dos Campos	S	66	66	94	1	158	1	
S. Luís do Paraitinga	N	26	70	68	4	13	20	
S. Sebastião	N	76	58	71	2	33	8	
Silveiras	N	25	57	68	5	12	23	
Taubaté	S	54	66	92	1	108	2	
Tremembé	N	47	72	83	3	11	25	
Ubatuba	N	42	59	73	5	34	7	

Fonte: SEADE (Perfil Municipal)

IVC
< 10
10 a 20
21 a 40
> 40

efeito estatístico comparativo com as demais cidades. Serão devidamente classificadas as cidades em foco, com base nas suas condições sócio-econômicas (IPRS), com o propósito de se analisar objetivamente as correlações e impactos das condicionantes citadas, no acúmulo, ou escassez, das propriedades culturais das cidades em apreço (vide Tabela III).

Tabela III
Relação IPRS e Políticas Urbanas / IVC

Análise dos Resultados

Dos municípios integrantes do Grupo 1 – IPRS (bom desempenho nas dimensões riqueza, longevidade) e que apresentam atividades estruturadas de gestão da coisa urbana, apenas três se posicionam IVC's compatíveis, posicionando-se nos primeiros lugares entre os 39 municípios estudados. E neste caso fica clara a relação diretamente proporcional entre condição sócio-econômica e riqueza cultural. Por outro lado causa surpresa que municípios como Caraguatatuba (forte na indústria do turismo), Cruzeiro (Grupos 4) e Ubatuba (apesar do turismo, no Grupo 5), se colocam no ranking de acervo cultural em 4º, 6º. e 7o. lugares, respectivamente. Destaca-se neste segundo escalão Ilhabela (Grupo 2), se posicionando na 5ª, posição. Jacareí surpreende, pois apesar de pertencer ao Grupo 1, aparece apenas em 8º. lugar. À semelhança de Pindamonhangaba (11º.) e Caçapava (13º.). Inversamente, destacam-se negativamente Araçoi (Grupo 4) e Lagoinha (Grupo 5), ambos com IVC igual a zero. Mencione-se ainda a respeito de alguns municípios que outrora se colocavam como prósperos representantes do Vale do Paraíba (produção cafeeira, algodão, banana, etc.), com IVCs aquém da expectativa, como Monteiro Lobato (33º.), Paraibuna (23º.), Cunha (20º.) e Bananal (15º.).

Conclusões

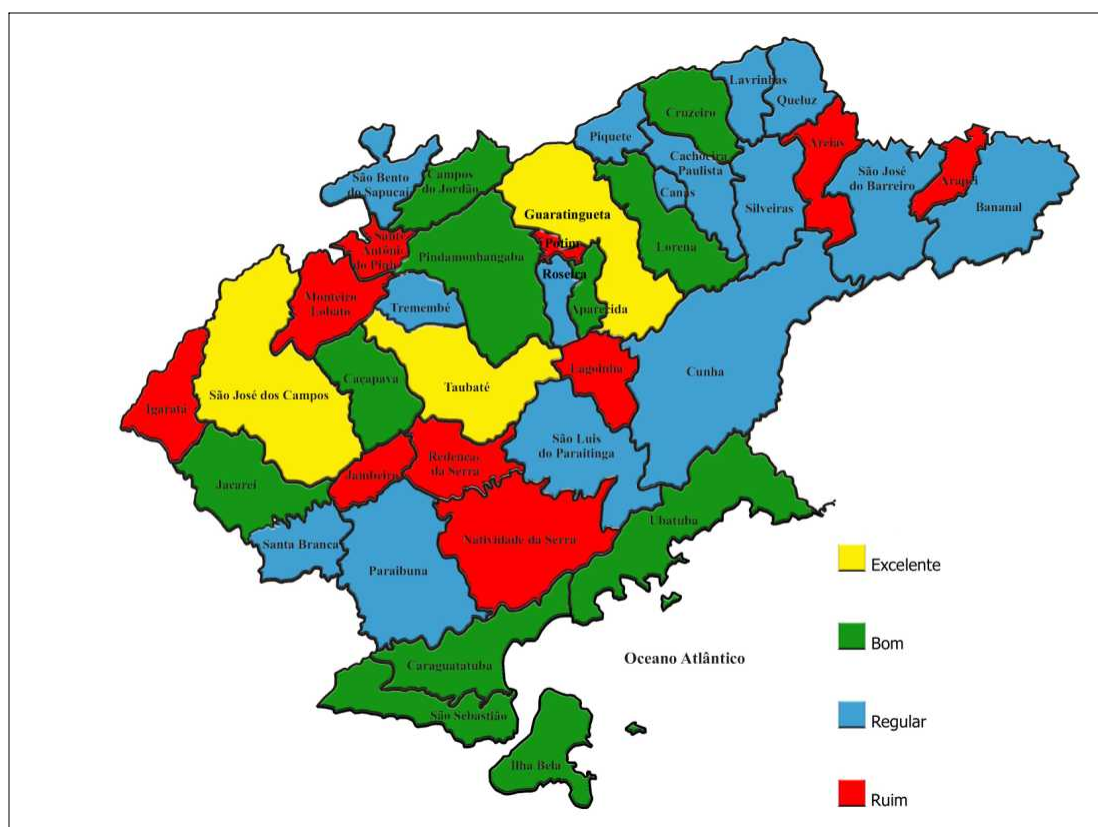
Apesar de aparentar relação direta, índices sócio-econômicos, ao lado de políticas urbanas não são garantia de riqueza cultural, com base no acervo de equipamentos culturais disponibilizado à população. Por outro lado, cidades com tradição histórica, tendo experimentado fases de intensa prosperidade, ocupam posições inferiores na tabela cultural. Cidades apresentando atualmente atratividade turística de renome, muito mal situadas no ranking do IPRS, surpreendem com altos IVCs (Vide Figura IV).

Finalmente, fica claro que somente o avanço nas condições sócio-econômicas, atreladas a efetivas ações nas alçadas de planejamento e gestão urbana, podem gerar a perspectiva do desenvolvimento cultural das populações das cidades.

Por sua vez, o acervo imobiliário, tal como o de manifestações culturais, contribuem, e complementam, de forma inequívoca, a

trilha para o alcance da melhor qualidade de vida dos cidadãos.

Figura IV
Mapa Temático do Acervo Cultural no Vale do Paraíba - IVC



Referências Bibliográficas

- [1] SEADE (www.seade.gov.br)
- [2] Arantes, Antonio Augusto (org.) Produzindo o passado: Estratégias de construção do patrimônio cultural, São Paulo, Editora Brasiliense e CONDEPHAAT,1984.
- [3] Secretaria de Cultura do ESP (www.cultura.sp.gov.br)
- [4] Guia Cultural do ESP (www.guiacultural.sp.gov.br)
- [5] Banco de Dados de Teses e Dissertações da CAPES (www.capes.gov.br/Servicos/Indicadores/TesesDissertacoes.htm)
- [6] Ministério da Cultura – Economia da Cultura no Brasil (http://www9.cultura.gov.br/relatorios/relatoriosnum_economia.htm e <http://www9.cultura.gov.br/textos/tm01.htm>)
- [7] Fundação João Pinheiro (www.fjp.gov.br)
- [8] Toledo, Francisco Sodero “Cultura e Reflexão: Pontos para Reflexão” (Campanha da Busca da Identidade Cultural do Vale do Paraíba), artigo (www.valedoparaiba.com)